Processo TC 007.004/2012-5 (com 62 peças)
Tomada de Contas Especial
Recurso de Reconsideração

Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator,

O Ministério Público de Contas manifesta-se de acordo com a proposta de encaminhamento formulada pela Secretaria de Recursos – Serur (peças 60 a 62), **exceto** quanto à exclusão de ofício do subitem 9.4 do Acórdão 3.452/2015-1ª Câmara (item II da proposta à peça 60, p. 7), mediante o qual foi aplicada a **multa do art. 57 da Lei 8.443/1992** à sra. Suleima Fraiha Pegado e ao sr. Sérgio Cabeça Braz (peça 38), pois entende que, na falta de lei específica que disponha sobre a questão, **a referida multa**, por ser acessória do débito, deve seguir a sorte do principal, ou seja, também **deve ser considerada imprescritível** (Súmula 282 do TCU).

Brasília, em 11 de março de 2016.

Júlio Marcelo de Oliveira
Procurador